

O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: FUNDAMENTOS NEUROCIENTÍFICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

Vitor Neves Barbosa
Sueli Gonçalves Xavier Karanaukas
Clayton Medeiros de Oliveira

Resumo

A primeira infância, período compreendido entre a gestação e os seis anos de idade, representa a fase mais crítica e fundacional para o desenvolvimento humano. Este artigo analisa os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento integral da criança nesse estágio, destacando o papel das interações sociais, dos vínculos afetivos, das condições socioeconômicas e das políticas públicas. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. A discussão fundamenta-se em obras de neurociência, psicologia do desenvolvimento, economia e legislação brasileira pertinente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância. A literatura indica que o cérebro infantil possui alta plasticidade nos primeiros anos, tornando a criança extremamente sensível aos estímulos do ambiente. Ambientes seguros, nutrição adequada e interações responsivas promovem conexões neurais robustas, enquanto a exposição ao estresse tóxico e à vulnerabilidade social pode gerar danos irreversíveis. Em contrapartida, investimentos em políticas de primeira infância, além de garantirem direitos fundamentais, apresentam altas taxas de retorno econômico e social para a sociedade a longo prazo. Conclui-se que a promoção do desenvolvimento infantil exige uma abordagem intersetorial, envolvendo família, Estado e sociedade, para garantir um ambiente favorável, educação de qualidade e saúde preventiva, estruturando as bases para o futuro das próximas gerações.

Palavras-chave: Primeira Infância; Desenvolvimento Infantil; Neurociência; Políticas Públicas; Educação Infantil.

Introdução

A primeira infância, que abrange o período desde a concepção até os seis anos de idade, é amplamente reconhecida pela literatura científica contemporânea como a fase mais determinante na formação do indivíduo. Durante esse período, as experiências vivenciadas pela criança, a qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos e os estímulos ambientais aos quais ela é exposta moldam de maneira profunda e duradoura a arquitetura do seu cérebro, influenciando sua saúde física e mental, sua capacidade de aprendizagem e seu comportamento ao longo de toda a vida.

Os primeiros anos de vida, com destaque para os chamados "mil dias" (os nove meses de gestação somados aos dois primeiros anos da criança), são caracterizados por um ritmo acelerado de crescimento e desenvolvimento. A plasticidade cerebral atinge seu ápice, criando

janelas de oportunidade únicas para a aquisição de habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais. Nesse contexto, a privação de cuidados adequados, a desnutrição, a falta de estímulos e a exposição a violências ou negligências podem resultar em déficits difíceis ou impossíveis de serem revertidos posteriormente.

O projeto que deu origem a este artigo busca compreender os principais fatores que influenciam o desenvolvimento na primeira infância e como a negligência ou o investimento nessa fase impactam não apenas o indivíduo, mas toda a estrutura socioeconômica de um país. Entre os aspectos destacados estão a neurobiologia do desenvolvimento, a importância da presença de cuidadores responsivos, o papel central do brincar, a eficácia da educação infantil de qualidade e o arcabouço legal e de políticas públicas voltado à proteção desse público.

Shonkoff e Phillips (2000) compreendem o desenvolvimento infantil como um processo altamente interativo, onde a biologia da criança e o ambiente em que ela está inserida se influenciam mutuamente. O ambiente não é apenas um pano de fundo, mas um fator que pode literalmente alterar a expressão gênica e a formação de circuitos neurais, conceito conhecido como epigênese. Portanto, garantir um ambiente seguro e estimulante é uma responsabilidade compartilhada entre a família, a comunidade e o Estado.

Heckman (2010), Prêmio Nobel de Economia, ressalta que o investimento na primeira infância não é apenas uma questão de justiça social e direitos humanos, mas também uma das estratégias econômicas mais eficientes que um país pode adotar. Programas de alta qualidade voltados para crianças em situação de vulnerabilidade geram retornos financeiros significativos a longo prazo, reduzindo gastos futuros com saúde pública, assistência social e sistema prisional, além de aumentar a produtividade e a renda na vida adulta.

A literatura sobre políticas públicas reforça essa relação. No Brasil, avanços significativos foram alcançados com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e, mais recentemente, com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas para a primeira infância. No entanto, a efetivação desses direitos esbarra em profundas desigualdades socioeconômicas e na fragmentação das ações governamentais.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa foi formulado com a seguinte questão: de que maneira os estímulos, as interações sociais, as condições socioeconômicas e as políticas públicas interagem para moldar o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, e quais são os impactos a longo prazo dessas variáveis?

O objetivo geral consiste em analisar a complexidade do desenvolvimento na primeira infância sob uma perspectiva multidimensional. Como objetivos específicos, busca-se discutir os fundamentos neurocientíficos do desenvolvimento cerebral inicial; analisar a importância dos vínculos afetivos e do cuidado responsivo; compreender o papel da educação infantil e do brincar; avaliar o impacto da vulnerabilidade social e do estresse tóxico; e apontar as

diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas brasileiras, com destaque para a atuação intersetorial.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. Conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica permite analisar determinado problema a partir do conhecimento já publicado, buscando embasamento em livros, artigos científicos, teses e documentos oficiais. Marconi e Lakatos (2010) destacam que o levantamento e a análise de referências possibilitam reunir diferentes perspectivas teóricas para fundamentar a compreensão do objeto estudado, o que é essencial para um tema tão abrangente e interdisciplinar quanto a primeira infância.

1. A neurociência e a arquitetura do cérebro na primeira infância

A neurociência tem fornecido evidências irrefutáveis de que os primeiros anos de vida são os mais importantes para a formação da arquitetura cerebral. Ao nascer, o cérebro do bebê já possui a maioria dos neurônios que o acompanharão por toda a vida, mas é a rede de conexões entre eles — as sinapses — que define o funcionamento cognitivo e emocional do indivíduo. Durante a primeira infância, o cérebro humano produz sinapses em uma velocidade impressionante, chegando a formar mais de um milhão de novas conexões neurais por segundo (Center on the Developing Child, 2026).

Esse processo, conhecido como sinaptogênese, é impulsionado por um fenômeno chamado plasticidade cerebral. A plasticidade é a capacidade do cérebro de se modificar e se adaptar em resposta às experiências vividas. É graças a essa maleabilidade que as crianças pequenas aprendem a falar, a andar, a reconhecer expressões faciais e a interagir socialmente com tanta rapidez. No entanto, a plasticidade é uma via de mão dupla: se por um lado permite aprendizagens incríveis em ambientes enriquecidos, por outro torna a criança extremamente vulnerável aos efeitos negativos de ambientes empobrecidos, negligentes ou violentos.

As experiências da primeira infância determinam quais sinapses serão fortalecidas e quais serão eliminadas. O cérebro opera sob a regra do "use ou perca" (pruning sináptico). Conexões frequentemente ativadas por interações positivas, estímulos visuais, conversas e brincadeiras tornam-se permanentes. Por outro lado, as conexões que não são utilizadas tendem a ser descartadas, a fim de tornar os circuitos cerebrais mais eficientes. Portanto, a ausência de estímulos adequados nos primeiros anos resulta em uma arquitetura cerebral mais frágil, com consequências de longo prazo para as funções executivas, a memória, a regulação emocional e a linguagem.

Além disso, o desenvolvimento cerebral ocorre de forma sequencial e hierárquica. Circuitos sensoriais básicos para visão e audição se desenvolvem primeiro, seguidos pelos circuitos relacionados à linguagem e, posteriormente, pelas funções cognitivas superiores, como o planejamento, o controle de impulsos e a flexibilidade cognitiva, que continuam a se

desenvolver até o início da idade adulta. Como as funções complexas são construídas sobre as funções básicas, falhas no desenvolvimento inicial podem comprometer a estruturação de habilidades mais sofisticadas no futuro, tornando a intervenção precoce muito mais eficaz do que tentativas de reparação em idades mais avançadas.

2. Vínculos afetivos e o paradigma do cuidado responsivo

O desenvolvimento cognitivo e neurológico de uma criança não ocorre em um vácuo; ele está intrinsecamente ligado às relações sociais que ela estabelece, sobretudo com seus cuidadores primários. A Teoria do Apego, desenvolvida pelo psiquiatra e psicanalista John Bowlby na década de 1950, postula que o ser humano nasce com uma predisposição biológica para buscar a proximidade com figuras de cuidado a fim de garantir sua sobrevivência e obter segurança emocional.

A qualidade desse vínculo inicial, que Bowlby chamou de "apego seguro", é fundamental para o desenvolvimento saudável. Quando os pais ou cuidadores respondem prontamente e de forma sensível às necessidades do bebê — seja alimentando-o quando chora, oferecendo conforto quando está assustado, ou sorrindo quando ele sorri —, eles estão construindo uma base de confiança. Essa base segura permite que a criança explore o mundo ao seu redor com a certeza de que tem um "porto seguro" para onde retornar caso sinta perigo ou ansiedade.

O conceito de "cuidado responsivo" ou interação de "saque e voleio" (serve and return), popularizado por pesquisadores de Harvard, ilustra perfeitamente essa dinâmica. O bebê "saca" ao balbuciar, fazer contato visual ou chorar, e o adulto "devolve" a bola com uma vocalização, um abraço ou uma palavra afetuosa. Essas idas e vindas de interação são como a argamassa que constrói a arquitetura do cérebro. A ausência crônica dessa responsividade, que ocorre em casos de negligência severa ou depressão materna profunda, é interpretada pelo cérebro em desenvolvimento como uma ameaça sistêmica, interrompendo o fluxo normal da formação de conexões neurais saudáveis.

Donald Winnicott, outro teórico central na compreensão do desenvolvimento infantil, introduziu o conceito de "mãe suficientemente boa", ressaltando que o cuidador não precisa ser perfeito, mas deve ser capaz de uma adaptação ativa às necessidades do bebê, falhando gradativamente para permitir que a criança desenvolva sua própria capacidade de tolerar frustrações. O ambiente facilitador provido por esses cuidadores é o que permite à criança desenvolver um sentido de "self" verdadeiro e integrado, estruturando a base da saúde mental para a vida inteira.

Dessa forma, apoiar a primeira infância significa, invariavelmente, apoiar os pais e cuidadores. Políticas de licença-maternidade e paternidade estendidas, programas de visita domiciliar e redes de apoio psicossocial para famílias são intervenções vitais, pois cuidadores

exaustos, isolados ou sob constante estresse financeiro têm muito mais dificuldade em prover o cuidado responsivo que as crianças necessitam para prosperar.

3. O impacto do estresse tóxico e da vulnerabilidade social

Enquanto o estresse é uma parte normal e até necessária da vida, o tipo de estresse experimentado e o suporte disponível para lidar com ele determinam seu impacto no desenvolvimento infantil. O Center on the Developing Child da Universidade de Harvard classifica o estresse em três categorias: positivo, tolerável e tóxico. O estresse tóxico é aquele que ocorre quando a criança vivencia adversidades fortes, frequentes ou prolongadas — como abuso físico ou emocional, negligência crônica, exposição à violência doméstica ou aos fardos extremos da pobreza — na ausência do apoio protetor de um adulto.

A resposta fisiológica ao estresse envolve a liberação de hormônios como o cortisol e a adrenalina, que preparam o corpo para lutar ou fugir. Em situações normais, após a ameaça passar, os níveis hormonais retornam ao repouso. No entanto, no estresse tóxico, o sistema de resposta ao alarme permanece ativado de forma crônica. A exposição prolongada a altos níveis de cortisol tem um efeito tóxico literal na arquitetura do cérebro em desenvolvimento, prejudicando áreas críticas como o hipocampo (essencial para a memória e aprendizagem) e o córtex pré-frontal (responsável pelas funções executivas e controle dos impulsos).

Crianças submetidas ao estresse tóxico apresentam maior dificuldade de concentração, problemas de comportamento, reatividade exagerada a pequenos contratemplos e maior dificuldade em estabelecer relações de confiança. A longo prazo, a ciência comprova que as adversidades na infância estão fortemente correlacionadas a uma série de problemas de saúde na vida adulta, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, depressão, ansiedade e abuso de substâncias (Felitti et al., 1998).

A vulnerabilidade social e econômica atua como um potente catalisador do estresse tóxico. Famílias em situação de pobreza extrema enfrentam insegurança alimentar, moradia inadequada, exposição à violência comunitária e falta de acesso a serviços básicos de saúde. O esforço constante para garantir a sobrevivência diária esgota a largura de banda cognitiva e emocional dos pais, dificultando a prática da parentalidade positiva. Romper esse ciclo de pobreza intergeracional exige intervenções que não apenas mitiguem as carências materiais, mas que também fortaleçam a rede de proteção social, oferecendo suporte psicológico e estrutural às famílias vulneráveis.

4. A importância do brincar no desenvolvimento psicomotor e social

O brincar é frequentemente subestimado em nossa sociedade, sendo visto muitas vezes apenas como um passatempo ou um intervalo entre atividades "sérias" de aprendizagem.

Contudo, a ciência do desenvolvimento e a psicologia, apoiadas em teóricos como Jean Piaget e Lev Vygotsky, demonstram que o brincar é a principal linguagem da criança e a ferramenta mais poderosa que ela possui para explorar, compreender e interagir com o mundo.

O direito ao brincar é, inclusive, reconhecido pelo Artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). Por meio da brincadeira livre, a criança desenvolve habilidades motoras finas e grossas, experimenta os limites do seu próprio corpo, aprende a coordenar movimentos e adquire noções espaciais. Mais do que isso, é através do jogo simbólico — o "faz de conta" — que a criança desenvolve o pensamento abstrato, a imaginação e a capacidade de representação, fundamentais para a posterior aquisição da leitura e da escrita.

Na perspectiva de Vygotsky, o brincar cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde a criança comporta-se "além do seu comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário". Ao brincar de casinha, de médico ou de super-herói, as crianças negociam papéis, criam regras, resolvem conflitos, exercitam a empatia e aprendem a adiar gratificações. Essas experiências lúdicas coletivas são cruciais para a socialização, o desenvolvimento da linguagem e a regulação emocional.

Atualmente, o direito e o tempo para o brincar estão sob ameaça devido à urbanização desordenada, à falta de espaços públicos seguros, à excessiva estruturação da rotina infantil (com agendas lotadas de cursos) e à intrusão precoce das tecnologias digitais. Resgatar o brincar livre, o contato com a natureza e as interações face a face é uma diretriz fundamental para qualquer política focada na promoção da saúde mental e física na primeira infância.

5. O papel da educação infantil (creches e pré-escolas)

A educação infantil, primeira etapa da educação básica no Brasil, dividida entre creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), desempenha um papel transformador na trajetória de vida das crianças, especialmente daquelas provenientes de contextos desfavorecidos. A escola para a primeira infância não deve ser encarada meramente como um espaço de guarda ou assistência, mas como um ambiente intencionalmente planejado para promover experiências ricas de aprendizagem e socialização.

Uma educação infantil de qualidade é caracterizada por infraestrutura adequada, materiais pedagógicos diversificados, turmas com número apropriado de crianças por adulto e, fundamentalmente, profissionais bem formados, valorizados e sensíveis às necessidades do desenvolvimento infantil. O currículo nesta etapa, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deve ser estruturado em torno dos eixos estruturantes das interações e das brincadeiras, garantindo os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Estudos longitudinais, como o Perry Preschool Project nos Estados Unidos, demonstraram que crianças vulneráveis que frequentaram programas de educação infantil de alta qualidade apresentaram, décadas depois, maiores taxas de conclusão escolar, maior estabilidade no emprego, maiores salários e menor envolvimento com a criminalidade em comparação aos seus pares que não tiveram acesso a tais programas. A escola atua, portanto, como um poderoso fator de equalização de oportunidades, nivelando o campo de jogo antes que as desigualdades se solidifiquem no ensino fundamental.

No Brasil, a expansão do acesso à pré-escola (tornada obrigatória a partir dos 4 anos pela Emenda Constitucional nº 59/2009) apresentou avanços significativos, mas o acesso a creches de qualidade ainda é um gargalo expressivo. Muitas famílias encontram-se em filas de espera gigantescas, o que penaliza sobretudo as mães trabalhadoras e priva os bebês de estímulos essenciais em seus anos mais formativos. Superar esse déficit quantitativo e garantir a qualidade pedagógica das instituições são desafios prementes para as políticas educacionais contemporâneas.

6. Saúde, nutrição e amamentação nos primeiros anos

A dimensão biológica do desenvolvimento está indissociavelmente ligada à saúde materno-infantil. O acompanhamento pré-natal de qualidade é o primeiro passo para garantir uma gestação saudável, prevenir a prematuridade e identificar riscos precocemente. Após o nascimento, a nutrição assume o papel de combustível principal para o rápido crescimento físico e cerebral da criança.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil recomendam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, complementado por alimentos saudáveis até os dois anos ou mais. O leite materno não é apenas o alimento mais completo do ponto de vista nutricional, contendo todos os anticorpos e nutrientes necessários para proteger o bebê contra infecções; o ato de amamentar também fortalece o vínculo afetivo entre mãe e filho, contribuindo para o desenvolvimento emocional.

A transição alimentar e a garantia de segurança alimentar nos anos subsequentes são críticos. A desnutrição crônica na primeira infância (stunting), caracterizada pela baixa estatura para a idade, causa danos irreversíveis ao desenvolvimento cognitivo, comprometendo a capacidade de aprendizagem escolar e a produtividade futura. Por outro lado, a epidemia moderna de obesidade infantil, impulsionada pelo consumo de alimentos ultraprocessados ricos em açúcares e gorduras, traz consigo o risco de diabetes tipo 2, hipertensão e problemas cardiovasculares cada vez mais precoces.

O acompanhamento pediátrico de rotina (puericultura), a vacinação em dia e o monitoramento dos marcos do desenvolvimento são componentes de uma política de saúde preventiva que atua ativamente para garantir que toda criança alcance seu potencial máximo.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro possui capilaridade para atuar nessa frente, sobretudo através da Estratégia Saúde da Família, que consegue acompanhar de perto a realidade domiciliar e sanitária das populações mais vulneráveis.

7. O papel das tecnologias digitais na primeira infância: riscos e mediações

Nas últimas duas décadas, as telas e os dispositivos digitais tornaram-se onipresentes na vida cotidiana. Crianças nascidas neste século são nativas digitais e muitas vezes têm o primeiro contato com smartphones e tablets antes mesmo de aprenderem a falar ou caminhar. Esse fenômeno introduziu um novo e complexo fator no debate sobre o desenvolvimento infantil.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a OMS publicaram diretrizes rigorosas em relação ao tempo de tela na primeira infância. Recomenda-se tempo de tela zero para crianças menores de 2 anos, exceto para chamadas de vídeo com familiares. Para crianças de 2 a 5 anos, o limite preconizado é de, no máximo, uma hora por dia, sempre com conteúdo de alta qualidade e mediação ativa de um adulto.

A justificativa para essas limitações baseia-se em fartas evidências neurocientíficas. O cérebro infantil precisa de interações bidirecionais (com pessoas reais) e experiências multissensoriais em três dimensões para se desenvolver adequadamente. As telas, por mais interativas que pareçam, oferecem apenas um estímulo bidimensional e passivo. O uso excessivo de dispositivos eletrônicos na primeira infância está associado a atrasos no desenvolvimento da linguagem, déficits de atenção, problemas de sono (devido à exposição à luz azul), sedentarismo, obesidade e dificuldades na regulação emocional.

Além disso, as telas funcionam frequentemente como uma "chupeta digital", utilizada por pais exaustos para acalmar ou distrair a criança. Quando a criança não aprende a lidar com o tédio, a frustração ou a tristeza através de seus próprios recursos emocionais ou do conforto oferecido por um cuidador, suas habilidades socioemocionais ficam comprometidas. O desafio contemporâneo não é banir a tecnologia, mas educar as famílias para um uso consciente e restrito, garantindo que o mundo digital não usurpe o tempo sagrado do brincar livre, da leitura compartilhada e da interação humana vital.

8. O retorno do investimento na primeira infância (perspectiva de Heckman)

Os argumentos em favor da priorização da primeira infância frequentemente centram-se em princípios éticos e nos direitos humanos inalienáveis da criança. Contudo, uma vertente robusta da economia, liderada por James Heckman (Prêmio Nobel de 2000), forneceu a justificativa econômica mais poderosa para o investimento precoce: a chamada Equação de Heckman ou Curva de Heckman.

Heckman demonstrou, através de extensas análises econométricas de programas sociais ao longo de décadas, que a taxa de retorno do investimento em capital humano é decrescente ao longo do ciclo de vida. O maior retorno de cada dólar ou real investido pelo Estado ocorre em intervenções focadas no período pré-natal e nos primeiros anos de vida (0 a 5 anos). O investimento de qualidade nessa fase atinge um retorno anual de 7% a 10% para a sociedade.

A lógica por trás desse fenômeno baseia-se no princípio de que "habilidades geram habilidades". Quando a base cognitiva e socioemocional é bem construída na primeira infância, a aprendizagem subsequente torna-se mais eficiente e barata. Crianças que recebem cuidados adequados, nutrição e educação infantil de excelência chegam à escola fundamental preparadas para aprender, reduzindo as taxas de repetência escolar, evasão e a necessidade de educação especial.

Na vida adulta, essas crianças apresentam maior probabilidade de obter empregos bem remunerados, contribuindo com mais impostos, e menor probabilidade de engajar-se em comportamentos de risco, criminalidade ou dependência de programas de assistência social. Por outro lado, tentar remediar déficits de desenvolvimento na adolescência ou na fase adulta (através de programas de requalificação profissional ou do sistema penal) é não apenas menos eficaz, mas substancialmente mais custoso para os cofres públicos. Assim, o investimento na primeira infância não é caridade; é a estratégia de desenvolvimento econômico mais sólida e sustentável que uma nação pode adotar.

9. Políticas Públicas e o Marco Legal da Primeira Infância no Brasil

O arcabouço legal brasileiro passou por transformações profundas para assegurar a proteção e a promoção do desenvolvimento infantil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu artigo 227, a doutrina da "proteção integral", colocando as crianças e adolescentes como prioridade absoluta nas políticas de Estado, uma premissa consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Mais recentemente, o Brasil deu um passo pioneiro com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016). Essa legislação representou uma mudança de paradigma ao transpor os achados da neurociência e da psicologia do desenvolvimento para a letra da lei. O Marco Legal reconhece a especificidade dos primeiros seis anos de vida e estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas, adotando uma abordagem intersetorial.

Entre os avanços trazidos pela lei, destacam-se: o direito das gestantes ao suporte e orientação; a extensão da licença-paternidade para empresas cidadãs (reconhecendo o papel crucial do pai nos primeiros dias de vida); a qualificação dos profissionais que atendem a

primeira infância; a valorização do direito de brincar; o direito da criança à convivência familiar e comunitária; e a priorização na formação de vínculos.

A lei também impulsionou a formulação de programas governamentais, como o programa "Criança Feliz", que promove visitas domiciliares para apoiar as famílias vulneráveis no fortalecimento dos laços afetivos e no estímulo ao desenvolvimento psicomotor das crianças. Apesar da solidez do Marco Legal, a sua efetivação enfrenta desafios crônicos no Brasil, como a descontinuidade administrativa, o subfinanciamento das políticas sociais e a dificuldade de articular ações entre os diferentes setores governamentais (Saúde, Educação, Assistência Social e Justiça) e os entes federativos (União, Estados e Municípios).

10. Diretrizes para o fortalecimento da rede de proteção à infância

A partir da literatura analisada, é possível organizar um conjunto de diretrizes práticas e estratégicas para o fortalecimento do ecossistema de cuidado à primeira infância. A primeira diretriz é o rompimento das abordagens fragmentadas. O desenvolvimento da criança não acontece em "caixas" separadas de saúde, educação ou assistência. Portanto, as políticas públicas precisam atuar de forma intersetorial, garantindo que a escola, o posto de saúde, o conselho tutelar e o centro de assistência social (CRAS) dialoguem e atuem de forma coordenada.

A segunda diretriz é a adoção de programas de parentalidade positiva. O Estado deve oferecer redes de apoio, programas de visitação e escolas de pais que instrumentalizem as famílias com conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, práticas disciplinares não violentas e a importância do afeto e do brincar, sem um tom punitivo, mas acolhedor.

A terceira diretriz consiste na expansão urgente de vagas de creche e pré-escola em período integral, aliada à melhoria sistemática da qualidade desses serviços, valorizando a formação inicial e continuada dos professores de educação infantil, bem como assegurando planos de carreira e remuneração condizentes com a relevância de sua função.

A quarta diretriz foca no combate contundente à pobreza infantil extrema. Políticas de transferência de renda, aliadas ao acesso a moradia digna, saneamento básico e segurança alimentar, são pré-requisitos fundamentais para que as famílias possam oferecer um ambiente livre de estresse tóxico para o desenvolvimento de seus filhos.

Por fim, é necessária uma mobilização de toda a sociedade (empresas, mídia, organizações não-governamentais) para criar ambientes amigáveis à primeira infância. Isso inclui cidades mais seguras e arborizadas, leis trabalhistas que permitam equilíbrio entre trabalho e família, e uma cultura que respeite e proteja incondicionalmente os direitos e a integridade de todas as crianças.

Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste artigo permite compreender a profundidade e a complexidade que envolvem a primeira infância, um período que se estabelece não apenas como uma fase cronológica, mas como o verdadeiro alicerce da biologia, do comportamento e das capacidades cognitivas humanas. A literatura neurocientífica é categórica ao demonstrar que as experiências vivenciadas nos primeiros anos moldam, física e funcionalmente, a arquitetura do cérebro. Ambientes enriquecidos e afetivos constroem redes neurais eficientes, enquanto o estresse tóxico derivado de negligência, violência e extrema pobreza pode causar cicatrizes duradouras.

Constatou-se que o desenvolvimento integral não é um processo passivo, mas ativamente dependente da interação humana. O cuidado responsivo e os laços de apego seguro fornecidos pelas figuras parentais constituem o principal fator de proteção contra as adversidades do ambiente. Nesse sentido, garantir o bem-estar infantil significa inexoravelmente apoiar as famílias, oferecendo-lhes as condições materiais, emocionais e estruturais para o pleno exercício de sua função protetiva.

A educação infantil demonstrou ser uma ferramenta inigualável na promoção da equidade social, desde que oferecida com alta qualidade. O reconhecimento do brincar como eixo central do aprendizado, as intervenções de saúde preventiva, a nutrição adequada e a limitação do tempo de tela despontam como ações imperativas para formar indivíduos saudáveis, autônomos e socialmente integrados.

Do ponto de vista econômico e macrossocial, os postulados de Heckman confirmam que a negligência em relação à primeira infância representa um custo irreparável para o futuro de qualquer nação, enquanto o investimento maciço nessa fase gera retornos estratosféricos na qualidade de vida da população e na sustentabilidade econômica.

No Brasil, o Marco Legal da Primeira Infância representa uma evolução jurídica formidável. Contudo, o grande desafio contemporâneo reside na transformação da lei em realidade cotidiana, reduzindo o abismo entre o que a legislação prevê e o que milhões de crianças brasileiras vivenciam nas periferias urbanas e rincões do país. Superar esse abismo exige vontade política, garantia de orçamento continuado e uma forte articulação intersetorial.

Conclui-se que assegurar o pleno desenvolvimento na primeira infância é o caminho mais seguro e eficaz para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e próspera. Como limitação, este artigo apresenta natureza eminentemente teórica e bibliográfica, não esgotando as diversas nuances regionais do país. Sugere-se que pesquisas futuras explorem estudos de caso focados em como as políticas do Marco Legal estão sendo implementadas e vivenciadas pelas famílias em diferentes contextos socioculturais do Brasil.

Referências

BOWLBY, John. *Apego e perda: volume 1 - Apego*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. *InBrief: The Science of Early Childhood Development*. Cambridge: Harvard University, 2026. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

FELITTI, Vincent J. et al. Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 14, n. 4, p. 245-258, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HECKMAN, James J. *The Heckman Equation*. Chicago: University of Chicago, 2010. Disponível em: <https://heckmanequation.org/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS, Deborah A. (Eds.). *From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development*. Washington, D.C.: National Academies Press, 2000.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Manual de Orientação: #MenosTelas #MaisSaúde*. Rio de Janeiro: SBP, 2019.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.